



**PROJETO DE LEI Nº 174/2015**

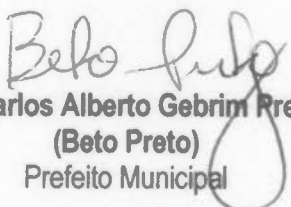
**Súmula:** Altera disposições das Leis 058/97, de 10/07/97, e 68/97 de 15/08/1997, que trata do Sistema de Cargos e Carreira do Funcionalismo e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE:-**

**L E I**

- Art. 1º.** Altera para **21**, o **NÍVEL** dos cargos de: **AGENTE SOCIAL; ALMOXARIFE; AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS; ELETRICISTA DE AUTOS; FRENTISTA; OPERÁRIO; PINTOR FUNILEIRO; SERVENTE DE OBRAS; SOLDADOR e VIGIA** do quadro permanente do Município de Apucarana, criado pela Lei 058/1997, de 10 de julho de 1997.
- Art. 2º.** Altera para **70**, o **NÍVEL** do cargo de **AGENTE FISCAL**, criado pela Lei 058/1997, de 10 de julho de 1997.
- Art. 3º.** Altera para **22**, o **NÍVEL** dos cargos de: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS; SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO e VIGIA** do quadro permanente da Autarquia Municipal de Saúde, criado pela Lei 068/1997, de 15 de agosto de 1997.
- Art. 4º.** Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor a partir de 01 de janeiro de 2016.

**Município de Apucarana, em 21 de dezembro de 2015.**

  
**Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto**  
**(Beto Preto)**  
Prefeito Municipal



**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

**Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores e  
Senhoras Vereadoras:-**

A presente iniciativa de projeto de lei pretende atender à política salarial dos servidores municipais do Município, especificamente no que **Altera disposições das Leis 058/1997, de 10 de julho de 1997 e 68/1997 de 15 de agosto de 1997**, que tratam dos sistemas de cargos e carreiras do funcionalismo e dá outras providências.

A **Constituição Federal** prevê como direito básico dos trabalhadores o pagamento de “salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim”, conforme disposto no **Capítulo II, dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV**.

Este projeto, atende às diretrizes Constitucionais adequando os padrões de vencimentos do serviço público municipal ao dispositivo acima apontado, pois o valor do vencimento dos servidores públicos jamais poderá ficar aquém do mínimo legal.

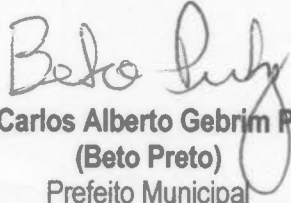
Já no que tange ao vencimento do cargo de **AGENTE FISCAL**, a alteração pretendida assegura o patamar remuneratório adequado à responsabilidade do cargo e às atribuições inerentes a ele, colocando-o proximamente a outras semelhantes.

Assim sendo, considerando o acima exposto, e a fim de se regularizar situação salarial dos servidores públicos para que estes não recebam valor inferior ao salário mínimo nacional vigente, necessário à aprovação do Projeto de Lei ora apresentado.

Julgo desnecessário traçar comentários mais profundos sobre o projeto em pauta, uma vez, que é reconhecida a transparência desta administração e principalmente, a seriedade e reconhecimento dos componentes dessa egrégia Câmara para com o funcionalismo da máquina pública.

Sendo assim e, certo da aprovação do projeto em epígrafe, renovo-lhe protestos de elevada estima e distinta consideração.

**Município de Apucarana, em 22 de dezembro de 2015.**

  
**Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto**  
(Beto Preto)  
Prefeito Municipal